

ESPECIAL
FoMercó

Mercosul e dependência: política externa e interesses de classe no Brasil e na Argentina

Flavia Guerra Cavalcanti (1) e Leonardo Granato (2)

1 -Doutora em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) da UFRJ flavia.guerra@ufrj.br

2- Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Escola de Administração e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). leonardo.granato@ufrgs.br

Introdução

Este trabalho expressa a nossa inquietação com o atual momento que está sendo atravessado pelo Mercosul, em termos de reconfiguração do modelo de integração emergente do período da chamada “maré rosa” sul-americana. Expressa também o nosso reconhecimento da necessidade de explorar possíveis interlocuções teóricas que promovam uma reflexão crítica sobre o nosso objeto de estudo, e que nos deem subsídios para problematizar em que medida a reconfiguração do Mercosul do século XXI significou uma verdadeira mudança com relação ao seu suposto estágio precedente, o do regionalismo aberto.

Haja vista que essa pergunta nos permitiria desenvolver algumas questões de interesse hoje para o debate no campo da integração regional, decidimos, então, partir dela para construir a presente argumentação que representa, essencialmente, um convite à discussão. Assim, em primeiro lugar, buscaremos efetuar algumas considerações acerca de como a política de integração geralmente é entendida nos debates clássicos sobre

desenvolvimento e relações internacionais, para, *a posteriori*, chamar a atenção acerca de que favorecer uma interlocução dessas perspectivas clássicas com uma abordagem relacional do Estado, que não negligencia os conflitos de classe, pode trazer ganhos relevantes em termos de ampliação do ferramental analítico.

À luz, então, do diálogo teórico proposto, buscamos debater, com base em pesquisa e análise bibliográfica, o argumento de que os diferentes “momentos” atravessados pelo Mercosul no século XXI podem ser compreendidos (ainda que em diversos graus, segundo a confluência de fatores de ordem interna e externa) pela correlação de forças entre os interesses dos setores mais dinâmicos das burguesias do Brasil e da Argentina, unificados sob a hegemonia do capital financeiro. Houve tal correspondência, inclusive, na conjuntura dos governos progressistas na qual tem-se registrado, por parte da ação política, uma tentativa de desafiar os cânones integracionistas impostos pela

hegemonia do capital, ainda que sem questionar a capitalismo neoliberal.

Em relação à estrutura do trabalho, dividimos o texto em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, versaremos sobre algumas das noções relativas às perspectivas que percebemos como hegemônicas no campo teórico da integração regional. Em um segundo momento, refletiremos como algumas das contribuições do cientista político grego Nicos Poulantzas (2019, 2015) nos permitem contestar a visão defendida por alguns autores (Rios, Veiga, 2007; Riggirozzi, Tussie, 2012) de que há uma ruptura com o regionalismo aberto a partir dos governos progressistas. Em terceiro lugar, propomos uma leitura possível acerca do percurso histórico do Mercosul e do papel das burguesias locais do Brasil e Argentina na definição dos rumos do bloco. Por fim, analisaremos os impactos para o Mercosul da retomada conservadora nos dois grandes países sul-americanos.

As perspectivas hegemônicas no campo teórico da integração regional

Historicamente, a integração regional tem ocupado no nosso continente um lugar de certo destaque nos campos do saber da Economia e das Relações Internacionais, priorizando leituras

da política de integração centradas nas dimensões econômica jurídico-institucional, respectivamente, e compartilhando uma mesma visão liberal de Estado moderno [1].

O atual processo de integração mercosulino tem como antecedente, no âmbito latino-americano, as experiências integracionistas de caráter comercial que tiveram lugar entre as décadas de 60 e 80. Tais experiências

espelharam a disputa, no âmbito do campo da Economia, entre aqueles que defendiam uma política de integração baseada no livre-comércio (ortodoxos neoliberais) e aqueles que buscavam ir além, ao reafirmar a relevância da integração como um instrumento de solidariedade estratégica para fins da industrialização na periferia capitalista (heterodoxos desenvolvimentistas), de acordo com as orientações do estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) [2].

Em ambos os casos, sob influência do paradigma da racionalidade instrumental, modernizadora e colonial, tem prevalecido em nosso meio uma perspectiva reducionista da integração, entendida em termos econômico-comerciais como uma fórmula de mero cálculo, a cargo das burocracias estatais, e com fundamento no interesse nacional, sem tomar em conta a existência de conflitos de interesse diferentes dentro de cada país, assim como os

Mercosul e a dependência externa: política externa e interesses de classe no Brasil e na Argentina

conflitos entre os próprios países, dentro e fora da região. Como contraponto, as diversas perspectivas da dependência, de base marxista, não somente rejeitavam a hipótese modernizadora do desenvolvimento como fenômeno supostamente “universal”, mas chamavam a atenção para as severas limitações que a inserção dependente do continente no mercado mundial impunha a qualquer iniciativa de integração que tivesse como objetivo desafiar o lugar da América Latina dentro da cadeia imperialista. As contribuições da vertente marxista à discussão sobre desenvolvimento latino-americano vieram a questionar, de alguma maneira, esse tipo ideal hegemônico de Estado racional, homogêneo capaz de formular, nas palavras de Fiori (2013), políticas de crescimento econômico, por cima de divisões, conflitos e contradições que pudessem atravessar a atuação do próprio Estado.

No campo de pesquisa das Relações Internacionais, especificamente na discussão sobre integração regional referente ao processo de integração europeu quanto às experiências latino-americanas, as correntes mais influentes no debate têm sido a liberal e a realista e as suas ramificações (Visentini, 2019). Ora com foco no comportamento racional dos Estados, ora destacando-se a

concorrência estatal num contexto internacional anárquico e de disputas, em ambas as vertentes a integração regional é explicada por motivos de interesse nacional, interesse esse que geralmente remete ao fortalecimento das capacidades desses Estados, entendidos de maneira autocrática.

Ainda que venhamos a reconhecer como essencial o fato de que são os governos, em representação do poder público, os titulares da atribuição de negociar e implantar a política de integração com outros governos, não podemos deixar de sublinhar que ambas as correntes assumem o Estado como sujeito jurídico autônomo, como ator unitário e homogêneo, sem atentar para os processos sociais contraditórios que subjazem à formulação desta política (Kan; Pascual, 2011; Granato, 2020). Como resultado da hegemonia desses arcabouços analíticos, que excluem a luta de classes do campo interpretativo do regionalismo, temos, no campo, uma discussão muitas vezes normativista com foco em instituições, agendas e resultados que não atenta para os interesses de grupos e classes que perpassam os próprios aparatos estatais que impulsionam os processos integracionistas.

Ainda no âmbito do campo das Relações Internacionais, também há a chamada “Escola da Autonomia”, que, assim como o estruturalismo latino-americano no campo econômico, buscou promover um entendimento próprio da integração regional. Com base nas premissas cepalinas, a Escola da Autonomia afirmava ser possível, com o compromisso das elites política e econômica, superar a situação de dependência dos países da região por meio de manobras de política externa orientadas a uma inserção não subordinada, autônoma, a serviço do interesse nacional [3]. Apesar de seus principais representantes, Juan Carlos Puig, na Argentina, e Hélio Jaguaribe, no Brasil, terem tentado superar o realismo no que diz respeito ao conceito de Estado como ator unitário, o conceito de interesse nacional manteve uma construção liberal, principalmente ao assumir o compromisso de uma (pretensa) burguesia nacional anti-imperialista nos países do continente, com genuíno interesse no mercado interno e no desenvolvimento econômico nacional, ou, nos termos de Furtado (1961), na “revolução capitalista”.

Em suma, as correntes que, na América Latina, têm protagonizado historicamente o debate sobre integração baseiam suas premissas e argumentações num conceito liberal de Estado que não oferece subsídios para indagar

acerca do lugar que a correlação de forças sociais ocupa na análise do fenômeno dos regionalismos. Vejamos, a seguir, a noção de Estado que perpassará a nossa análise sobre o Mercosul.

Discutir o Estado é preciso

Desta forma, feita a crítica à noção de Estado liberal das principais vertentes que até hoje norteiam os debates sobre a política de integração na América Latina, queremos chamar a atenção para a importância de compreendermos que em uma formação social capitalista, a política de integração não é resultado apenas de acordos intergovernamentais, nem fruto de meras restrições ou oportunidades sistêmicas. A integração também é produto das disputas e interesses de classes e frações de classe que, local e internacionalmente, perpassam o aparelho estatal.

Este entendimento é por nós afirmado com base na abordagem relacional de Estado formulada por Nicos Poulantzas, autor que se destacou pelo esforço em formular uma teoria específica da política dentro dos estudos marxistas. Este Estado capitalista, ora entendido como a estrutura jurídico-política e princípio de coesão de uma sociedade dividida em classes (Poulantzas, 2019), ora concebido como a condensação material de uma relação contraditória (Poulantzas, 2015),

leva-nos a chamar a atenção para um dos seus elementos essenciais: sua materialidade heterogênea, atravessada pelas contradições de uma sociedade de classes. Suas fissuras, divisões e contradições, como disse Poulantzas (2015), não representam meros acidentes disfuncionais.

São as próprias contradições o fundamento do papel organizador do Estado capitalista e de sua autonomia relativa, autonomia essa que encontra expressão, nas políticas ou medidas que cada uma das classes e grupos conseguem fazer ou não o Estado adotar, submetendo-se sempre à lógica do político e às suas especificidades (Poulantzas, 2019). A agenda estatal incorpora, assim, a multiplicidade de interesses específicos e conflitantes dos diversos grupos e classes sociais, conforme um determinado quadro de correlação de forças sociais. Entretanto, como Poulantzas (2015) esclarece, as demandas e interesses cristalizados numa determinada correlação de forças não se refletem como tais no seio do Estado. A tradução das propostas da correlação no governo não é imediata e fiel: ao se adaptar ou se adequar à materialidade institucional dos seus aparatos, ao serem processadas por eles, os programas, demandas e interesses da base social do governo são cristalizados assim, sob uma forma

“refratária” [4]. Acreditamos que essas noções possam nos ajudar a pensar o porquê da brecha existente, particularmente a partir de 2003, entre os objetivos do novo modelo de integração ampliada da base social dos governos de Brasil e Argentina e a tradução desses objetivos em matéria estatal, representada pelas medidas e resultados concretos.

À luz do exposto, buscamos discutir, na próxima seção, o percurso do Mercosul, chamando a atenção para os interesses das burguesias do Brasil e da Argentina, alinhados à já tradicional integração dependente no mercado mundial.

O Mercosul, seus percursos e a dependência externa

A gênese do Mercosul foi marcada pelo período das transições democráticas no Brasil e Argentina em meados da década de 80, de forma paralela ao encerramento do ciclo de crescimento econômico latino-americano e a crise da dívida externa. Com os objetivos de fortalecimento dos processos de redemocratização, de paz e segurança, e baseados nas tradicionais concepções desenvolvimentista e autonomista, os governos brasileiro e argentino, com apoio de alguns setores industriais locais, impulsionaram, mediante o Programa de Cooperação e Integração Econômica

(1985-1988) e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1989), as bases para a criação de um mercado comum que, com base em protocolos setoriais de cooperação industrial gradual e simétrica, contribuiu para o desenvolvimento interno de ambos os países, assim como para a ampliação de margens de autonomia na esfera internacional.

Já nos anos 90, a reestruturação e ofensiva capitalista em meio às fortes crises em ambos os países e a ascensão dos novos governos neoliberais no Cone Sul como um todo, favoreceram uma reorientação da política bilateral de integração, reorientação essa que se cristalizaria mediante a aprovação do Tratado de Assunção, de 1991 que, com a parceria de Uruguai e Paraguai, originou o Mercosul. Em conformidade com as diretrizes da Rodada Uruguai do antigo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1947 (hoje, Organização Mundial do Comércio) e com a nova estratégia de integração para a América Latina definida pela CEPAL, o modelo desenvolvimentista da integração seria substituído por uma integração aberta aos mercados, colocando-se a promoção do comércio e dos investimentos como o eixo dinâmico do processo associativo [5]. Fortemente centralizado nos poderes executivos dos países membros, o Mercosul (antes e

depois do Protocolo de Outro Preto de 1994, que estabeleceu a estrutura definitiva) funcionou com uma arquitetura institucional orientada para o espírito comercial do bloco [6], e com o ideário organizacional hegemônico naquele momento adotado pelas administrações públicas dos Estados partes, o gerencialismo.[7].

Instalou-se, assim, segundo Katz (2006), em resposta à articulação dos aparelhos estatais com as empresas multinacionais, o “Mercosul dos negócios”, no qual as grandes beneficiárias pela ampliação dos mercados e pelas reduções alfandegárias foram as grandes corporações estabelecidas, principalmente, no Brasil e na Argentina, as maiores economias do bloco. Foi neste contexto que os setores hegemônicos do capital investiram *desde arriba*, nos termos de Kan (2016), na consolidação do Mercosul enquanto etapa preparatória para o ingresso da região na proposta estadunidense de integração hemisférica da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), lançada na Cúpula das Américas de Miami, em dezembro de 1994. A intransigência do governo norte-americano nas negociações e os impactos regressivos do modelo neoliberal que não tardariam em se fazer sentir na região como um todo, sentaram as bases, ao final dos anos 90, para as demandas populares por um novo modelo de integração, assim como para a rejeição da

integração competitiva proposta pela ALCA, que se cristalizaria em 2005 com a ação coordenada dos países do bloco mercosulino.

A partir do início dos anos 2000, no contexto de crise da hegemonia neoliberal e das diversas mobilizações e protestos sociais, e numa conjuntura externa favorável de retomada do crescimento mundial, a nova onda de governos progressistas na região foi expressão de uma recomposição do poder político via satisfação de demandas populares, ou, em outras palavras, de alteração na correlação de forças nos Estados sul-americanos (Cortés; Tzeiman, 2017). Em linhas gerais, apesar da diversidade de experiências históricas dos vários países, podemos afirmar que os novos governos buscaram margens para a superação do dogma neoliberal através da tentativa de reconfiguração dos pactos nacionais de capital e trabalho, ainda que sem questionar a ordem do capitalismo neoliberal.

Assim, sem desfazer as principais diretrizes de política econômica dos governos neoliberais (comprometendo-se, de fato, a definição de formulações mais profundas a respeito de questões estruturais), os governos populares e progressistas afirmaram a necessidade de implementação de agendas nacionais e sociais de desenvolvimento, em diálogo com as camadas populares da sociedade. A

política de integração com a América do Sul passaria a ser para estes governos, e em particular para os governos Lula, no Brasil, e de Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina, uma prioridade da política externa (re)orientada pelos vetores da autonomia externa e do desenvolvimento interno (Sarti, 2017; Granato, 2015).

Neste novo cenário, com expressivo apoio de movimentos e organizações da sociedade civil, o Mercosul buscaria ser reconfigurado através da inclusão de novos temas de viés social e produtivo na agenda interna do bloco, mas sem conseguir alterar, em essência, seu caráter mercantil e dependente, funcional à manutenção do *status quo* de certos setores das burguesias dominantes do Brasil e da Argentina (financeira e agrária, principalmente). Apesar das tentativas de mudança por parte dos novos governos (que talvez tenham subestimado, de alguma forma, a influência de interesses das classes e setores dominantes), continuaram prevalecendo no Mercosul, a partir de 2003, a lógica e os valores do mercado, marca de origem do bloco. Vejamos a seguir algumas evidências.

Em termos da chamada integração produtiva, apesar da aprovação, em 2008, do Programa de Integração Produtiva do Mercosul, e em 2012, do Mecanismo de Fortalecimento

Produtivo do Mercosul [8] a articulação de políticas industriais comuns, desafiantes da tradicional divisão internacional do trabalho, é, ainda hoje, um tema pendente. Como bem sinalizou Katz (2014) a este respeito, o Mercosul não materializou nenhum passo em direção à coordenação macroeconômica. O divórcio de moedas, tipos de câmbio e políticas fiscais entre seus membros é significativo, e como a indústria recuou frente a processos de reprimarização das economias do bloco, qualquer alternativa de coordenação interindustrial tornou-se abstrata. Somam-se a esse quadro a agenda de negociações com a China, a União Europeia e demais acordos de livre-comércio que só reforçaram a subordinação, promovendo atividades de baixo dinamismo e valor agregado.

Em termos institucionais, boa parte do desenho institucional do Mercosul permaneceu associado à racionalidade própria dos anos 90, e esferas como o Parlamento do Mercosul (Parlasul) ou a Unidade de Participação Social (UPS), criadas para a ampliação da base de sustentação social do bloco, revelaram-se, na prática, de alcance bastante limitado [9]. Já com relação ao tratamento das assimetrias e desigualdades nacionais e sociais dentro de cada país, e do bloco de integração como um todo, a agenda relativa ao Fundo para a

Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), posto em prática em 2007, esteve, no período, majoritariamente determinada por questões conjunturais, ao invés de balizada por uma estratégia sustentável de longo prazo para reduzir disparidades [10]

Os objetivos para um Mercosul ampliado, social e produtivo, parecem ter tido uma tradução restringida no plano da realidade. Fazemos nossa, nesse sentido, a opinião de Fuser (2017), no sentido de que os governos progressistas foram incapazes de superar a inserção subalterna ou “satelizada”, nos termos de Jaguaribe [11], que caracterizou, a nosso modo ver, o Mercosul desde o início; inserção essa defendida pelas frações dominantes das burguesias nacionais do rentismo mineral e petroleiro e do agronegócio exportador (ainda que sem supornos, de forma automática, que exista, neste campo, uma separação tão clara entre rentistas e industriais). Assim como no caso brasileiro, em que o governo Lula, do Partidos dos Trabalhadores (PT), segundo Boito Júnior (2005), promoveu a ascensão ao bloco no poder da grande burguesia industrial interna e agrária sem quebrar a hegemonia das finanças, limitando-se às margens de manobra de implementação de uma política de integração de viés autonomista e social-desenvolvimentista (Granato e

Batista, 2018), a tentativa dos governos Kirchner, na Argentina, de fortalecimento de alguns setores da burguesia interna não associados ao processamento de recursos naturais também se mostrou de alcance limitado, segundo Schorr e Wainer (2005).

A opção estratégica das burguesias locais desses grandes países, a despeito de qualquer política estatal de viés autonomista e social-desenvolvimentista, foi preferencialmente a associação com o capital estrangeiro (quase sempre em caráter de parceiros ‘menores’) e a correspondente integração subordinada de alguns setores (como dito, principalmente agronegócio, petróleo e derivados, e alguns poucos commodities industriais) às cadeias globais de valor. É interessante como este último conceito, referente à estratégia global de segmentação produtiva adotada pelas empresas transnacionais, nos permite, na atualidade, (re)discutir as categorias de autonomia e dependência, verificando a persistência das condições estruturais que historicamente reproduzem a dependência da região. Afinal, esta noção de cadeias globais de valor, conforme salientado por Treacy (2018), não representa outra coisa do que o mesmo processo global de desenvolvimento desigual e estratificado que consagra para os nossos países uma inserção externa

baseada na exportação de bens e serviços vinculados às vantagens comparativas estáticas e na recepção de capitais estrangeiros.

Resultam, a esse respeito, instigantes as indagações de Gambina (2011) sobre o Mercosul dos últimos anos e as contradições estatais: quem decidiu que os países do Mercosul devem ser em conjunto o principal produtor e fornecedor mundial de soja? É o resultado de uma decisão planejada soberanamente ou produto da estratégia de um punhado de empresas transnacionais da alimentação e da biotecnologia que manejam o pacote tecnológico do atual modelo produtivo? Uma política de integração orientada para a autonomia e o desenvolvimento interno pela via da industrialização não tem estado presente no horizonte estratégico das frações dominantes das burguesias nacionais do Brasil e da Argentina, que, sob a lógica capitalista do lucro, souberam esvaziar as tentativas autonomistas da ação política durante a era do progressismo na região.

Brasil, Argentina e os impactos da retomada conservadora

A correlação de forças que prevaleceu a partir do início dos anos 2000 e permitiu a eleição do primeiro governo do PT estendeu-se até o primeiro governo Dilma Rousseff e mostrou-se instável já em sua reeleição em 2014. Nessa

seção, veremos como este governo constituiu-se em duas fases: a que perpetuava a correlação de forças dos governos Lula, preservando a “frente política neodesenvolvimentista” (Boito Júnior e Berringer, 2013), e a que levou ao esfacelamento desta frente. Desta forma, poderemos analisar como as classes e frações de classe que compunham o bloco de poder de sustentação do governo Dilma se organizaram e quais foram as suas consequências para a política externa brasileira e a integração regional.

Como destacado na seção anterior, os governos progressistas buscaram contemplar as demandas das classes populares, porém isto foi feito por meio de uma pactuação entre os interesses de diversas classes dentro de um arcabouço neoliberal. A frente neodesenvolvimentista apresentava um caráter heterogêneo, congregando diversas frações de classe: uma parte da burguesia interna brasileira refratária ao neoliberalismo dos anos 90 e mantenedora de uma relação ambígua com o capital internacional; a baixa classe média; o operariado urbano; o campesinato; e o grupo constituído pela massa de subempregados, desempregados, autônomos e camponeses pauperizados. No campo contrário, o do neoliberalismo ortodoxo, sob a égide do Partido da Social

Democracia Brasileira (PSDB), partido que implementou as políticas neoliberais no Brasil a partir de 1994 [12], com o governo Fernando Henrique Cardoso, estavam os grandes proprietários de terra, a classe média alta e uma outra fração da burguesia brasileira cujos interesses se entrelaçavam de forma bastante intensa com os do capital internacional. É importante ressaltar que ambos os campos, na abordagem de Boito Júnior e Berringer (2013), atuaram dentro de um modelo neoliberal, ainda que as abordagens e as políticas econômicas e externas fossem diferentes entre eles.

Essa interpretação sobre os governos petistas como uma “adaptação ao neoliberalismo” ou um “neoliberalismo com justiça social” difere da apresentada por teóricos como Rios e Veiga (2007), para os quais os governos de Lula e Dilma teriam construído um regionalismo pós-liberal, ou ainda da análise de Riggiozzi e Tussie (2012), segundo a qual o regionalismo do século XXI seria pós-hegemônico, ou seja, voltado para o desenvolvimento econômico, a equidade e a justiça social. Entendemos que o neodesenvolvimentismo, tal como teorizado por Boito Júnior e Berringer (2013), não se dá num quadro pós-liberal ou pós-hegemônico; ao contrário, ele é a forma pela qual as diversas frações

Mercosul e a dependência externa: política externa e interesses de classe no Brasil e na Argentina

de classe se inserem e se acomodam ao mundo liberal hegemônico.

Na explicação de Boito Júnior e Berringer (2013), a heterogeneidade da frente neodesenvolvimentista não significava igualdade de influência de cada fração de classe nas políticas governamentais, uma vez que os interesses da burguesia interna brasileira -composta por setores da indústria, mineração, construção pesada e agronegócio (Boito Júnior e Berringer, 2013) – tinham um peso consideravelmente maior do que o das demais frações de classe no aparato burocrático-estatal e, portanto, maior probabilidade de influenciar a política externa brasileira. Como veremos mais à frente, a partir de Poulantzas, o aparato institucional filtra e processa demandas e interesses das classes, os quais reaparecem de forma refratária no âmbito estatal. Esta talvez seja uma explicação para o fato de que as frações de classe do campesinato, entre outras, foram parcamente contempladas na política doméstica e externa.

Dentre as políticas adotadas pelo primeiro governo Dilma, é possível perceber, segundo esta abordagem, o favorecimento da fração de classe da burguesia interna na política econômica. O agronegócio e a mineração foram beneficiados pela política de superávits na balança comercial, enquanto grandes empresas

nacionais receberam empréstimos a juros subsidiados e estímulos à exportação de seus produtos. A prioridade dada ao agronegócio travou ações como a desapropriação de terras, que responderiam às demandas de um campesinato pauperizado que também fazia parte da frente desenvolvimentista. Nesse sentido, podemos dizer, a partir da teoria de Poulantzas (2019), que o aparato institucional filtrou e processou as reivindicações deste campesinato, atenuando-as e transformando-as em políticas residuais. Esta abordagem relacional do Estado, que leva em conta o conflito de classes sociais, é primordial para entendermos a mudança que se processará a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff.

No que tange à política externa deste primeiro período, podemos observar a atuação da burguesia interna no sentido de obter o apoio do Estado para ampliar o mercado externo para os seus produtos e aumentar os investimentos diretos no exterior. Tais estratégias da burguesia brasileira estariam diretamente relacionadas, segundo alguns autores, à aposta na cooperação Sul-Sul (Ramanzini Jr. e Ayerbe, 2015; Milani e Duarte, 2015), a qual resultaria, segundo abordagens mais críticas, em um subimperialismo brasileiro em países da periferia capitalista, sobretudo naqueles situados na África e na América do Sul (Mota Filho, 2017; Vogaciano, 2017). Consideramos que a análise da correlação de forças da frente

neodesenvolvimentista pode nos dar mais elementos para pensar as mudanças ocorridas ao final do primeiro mandato de Dilma Rousseff e que apontam para uma diminuição do interesse da burguesia nacional em ampliar sua presença no entorno regional. As mudanças que ocorreram no bloco no poder durante o governo Dilma foram provocadas por alguns fatores, segundo Boito Júnior (2018): a desaceleração do crescimento econômico provocada pela crise mundial, as manifestações de junho de 2013 e a opção por “dobrar a aposta” neoliberal da política econômica. Vejamos como esses fatores se relacionam entre si e impactam o equilíbrio da frente neodesenvolvimentista, modificando, conseqüentemente, a orientação da política externa brasileira para a integração regional.

A crise econômica mundial levou a equipe econômica de Dilma a adotar, num primeiro momento, políticas expansionistas, com redução de juros e de impostos. No entanto, em 2015, o governo mudou radicalmente sua política econômica, retomando e aprofundando os preceitos neoliberais que nunca haviam deixado de fazer parte do arcabouço dentro do qual o neodesenvolvimentismo atuara, mas que, até então, ainda permitiam alguma possibilidade de autonomia.

De acordo com Boito Júnior (2018), a crise econômica e a defesa,

pela oposição, de reformas neoliberais para combatê-la levou a fração da “grande burguesia interna” que servia como sustentáculo da aliança neodesenvolvimentista a se afastar do governo Dilma. Um segmento dessa fração burguesa já havia sido enfraquecido pelo ataque da Operação Lava Jato contra as grandes construtoras nacionais, muitas das quais eram responsáveis pelos investimentos em países em desenvolvimento, como parte da priorização das relações Sul-Sul. Portanto, seja pela retirada explícita de apoio seja pela impossibilidade de atuação, o fato é que parte da burguesia interna deixou de constituir o pilar de sustentação da frente neodesenvolvimentista que perpassava o aparelho estatal. Esta perda de apoio da burguesia interna pode explicar, em parte, a timidez e a “contenção na continuidade” (Cornetet, 2014) que vêm sendo apontadas como uma característica da política externa de Dilma, a qual mantém os princípios traçados por Lula, porém em “baixa intensidade”.

Não obstante, explicar a queda de Dilma Rousseff a partir, tão-somente, do comportamento da burguesia interna resulta, no mínimo, insuficiente. Os acontecimentos de “junho de 2013” representaram a deserção de parte da base de apoio do governo Dilma, que, por compromissos assumidos com a burguesia interna, havia

negligenciado as reivindicações populares. No início do segundo mandato, em janeiro de 2015, a escolha de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda desencadeou um processo de ajuste fiscal que aprofundou a recessão e desagradou os setores populares, sem, no entanto, satisfazer a burguesia interna, que naquele momento já havia assumido sua adesão ao projeto neoliberal. Como destacado anteriormente, a burguesia interna brasileira, ao contrário da visão de Puig (1980, 1986) e Jaguaribe (1973, 1979), nunca esteve preocupada com um projeto de autonomia e desenvolvimento nacionais. O que se verifica no segundo governo Dilma é, de fato, o quão frágil era o apoio da burguesia interna ao projeto progressista. Ao menor sinal de perdas e de reavaliação da redistribuição de recursos na sociedade, por conta da crise econômica, a burguesia redefiniu os seus aliados. Consequentemente, a correlação de forças no bloco no poder torna-se desfavorável ao governo e o apoio às suas políticas domésticas e externas arrefece.

Em discurso proferido na 49ª Cúpula do Mercosul, em dezembro de 2015, em Assunção, Dilma Rousseff afirmou a continuidade de um bloco regional marcado por “políticas econômicas e sociais responsáveis e solidárias, que vêm dando uma contribuição inédita no combate à pobreza e à desigualdade social” (Rousseff, 2015,

p.2). Ressalte-se que este discurso ocorre alguns dias depois da exoneração do Joaquim Levy, responsável pelo ajuste fiscal do governo Dilma, o que sinaliza uma preocupação de Dilma com uma redistribuição de recursos incompatível com o ajuste fiscal, o qual se configurou como um ajuste social oneroso para as classes menos abastadas. A importância das questões sociais reaparece ainda nos seguintes trechos: “Os avanços das políticas do Mercosul Social e Cidadão também são motivos de grande orgulho” (Rousseff, 2015, p. 5) e “saliento também a adoção do Plano Estratégico de Emprego e Trabalho Decente, que prevê a elaboração de políticas regionais de trabalho, emprego e renda” (Rousseff, 2015, p. 5).

A despeito de sua defesa de um “Mercosul Social e Cidadão”, Rousseff posicionou-se a favor de uma aproximação com a Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, México, Peru e Costa Rica), cujo modelo de integração, mais voltado para o regionalismo aberto, era apontado pela mídia tradicional e por setores da burguesia brasileira como aquele que deveria ser adotado pelo Mercosul. No mesmo discurso sobre o Mercosul Social, Dilma afirma: É muito positiva também a contínua aproximação com a Aliança do Pacífico, com a qual temos muitas complementariedades, e com a qual devíamos estabelecer relações cada

vez mais próximas e sólidas. Continuaremos trabalhando pelo estabelecimento de uma área de livre comércio na América Latina (Rousseff, 2015, p. 4).

A declaração de Dilma acena a demandas que vinham sendo apresentadas pela burguesia interna empresarial desde o governo Lula. Uma dessas demandas é a suspensão da Decisão 32/00 do Conselho do Mercado Comum, publicada em 2000 [13]. Em seu Artigo 1º, a norma supracitada reafirma “o compromisso dos Estados Partes do Mercosul de negociar de forma conjunta acordos de natureza comercial com terceiros países ou blocos de países extrazona nos quais se outorguem preferências tarifárias” (Mercosul, 2000).

Em entrevista concedida ao jornal Valor Econômico em 2013, o presidente do Centro Empresarial da América Latina (CEAL), Ingo Ploger, criticou o fato de o governo Dilma não se pronunciar sobre a Aliança do Pacífico e tampouco avançar “a criação de uma agenda capaz de ampliar a ação das empresas brasileiras na região” (Ploger, 2013, p. 1). Na mesma reportagem, o diretor-executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Fernandes, elogiou o modelo da Aliança do Pacífico, que incentivava um ambiente institucional no qual era possível “montar estratégias de captura de pedaços de cadeias

de valor global” (Fernandes, 2013, p.1). O diretor-executivo lembrava, ainda, que empresas brasileiras já atuavam na região, como mostravam os exemplos da Natura e da Gerdau, e que a Aliança do Pacífico poderia beneficiar “empresas brasileiras com planos de internacionalização” (Fernandes, 2013, p. 1). Tais declarações sinalizavam uma mudança da posição da burguesia interna em relação ao Mercosul, que, para estes empresários, estaria “em descompasso com a tendência global de fragmentação das etapas de produção industrial” (Leo, 2013, p. 1). No ano seguinte, o Mercosul iniciou um processo de diálogo com a Aliança do Pacífico.

O deslocamento de uma fração da classe burguesa (a burguesia interna) para o campo neoliberal ortodoxo também pode ser percebido na análise do embaixador e, na época, presidente do Conselho de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Rubens Barbosa, em artigo publicado em 2015 no Instituto Millenium, um *think thank* financiado e comprometido com os interesses da fração da burguesia ligada ao capital internacional. Barbosa destaca “a crescente frustração do setor privado com os rumos do Mercosul em vista de sua paralisação como um instrumento de abertura e de liberalização de mercado” (Barbosa, 2015, p. 1) e a reivindicação dos empresários por “maior agilidade

nas negociações que beneficiem o setor produtivo nacional” (Barbosa, 2015, p. 1). Uma das formas de acelerar as negociações, segundo ele, seria flexibilizar a referida Decisão CMC 32/00, que permitiria ao Brasil fechar acordos com terceiros sem depender da concertação com os demais membros do Mercosul.

Tal norma também fora apontada por alguns setores da burguesia como um entrave às negociações comerciais entre a União Europeia (UE) e o Mercosul. Como forma de responder a essas reivindicações, em junho 2015, a presidenta Dilma Rousseff tentou retomar o debate sobre o Acordo UE-Mercosul na abertura da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da UE e da CELAC (Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos). A posição foi interpretada, por Rubens Barbosa, como um sinal de que o governo estaria comprometido com o livre comércio e o agronegócio, setor que mais tenderia a se beneficiar com o acordo. “A posição brasileira representa uma mudança de postura importante. O Governo da presidenta Rousseff foi duramente criticado por ter andado muito pouco nesse campo durante seu primeiro mandato” (Barbosa, 2015, p. 1). Porém, o esforço do governo Rousseff para contemplar os interesses da fração de classe

burguesa que sustentava a frente ampla neodesenvolvimentista, notadamente o agronegócio, se mostrou insuficiente. O esfacelamento da frente já estava em curso e culminaria no golpe jurídico-parlamentar de abril de 2016.

O neodesenvolvimentismo e a distribuição de renda por meio de programas sociais são possíveis em um período de crescimento econômico, mas se mostram precários em momentos de crise, quando há uma disputa pelos recursos e a instauração não de uma luta de classes, mas de um “conflito distributivo de classes” (Boito Júnior, 2018). Confrontada com a crise econômica, a fração de classe da burguesia interna, que fora até então a fração mais influente no pilar da frente neodesenvolvimentista, se afasta do governo e adere a um projeto neoliberal cujo propósito era garantir que as perdas econômicas não fossem distribuídas igualmente, mas recaíssem sobre as classes menos favorecidas economicamente. Este projeto incluía um amplo programa de privatizações, reformas trabalhistas, reforma previdenciária e estímulo ao capital financeiro.

O enfraquecimento do neodesenvolvimentismo já pode ser notado no segundo governo Rousseff, quando a presidenta enfrentou a resistência da fração de classe burguesa e tentou contornar a crise da frente ampla com

concessões como o ajuste fiscal na política doméstica e os acordos comerciais na política externa. No entanto, os recuos na implementação de ambas as políticas - o ajuste de Levy foi considerado demasiado rigoroso e o acordo com a UE permaneceu em aberto – mostravam as contradições e fissuras da frente ampla sobre a questão da distribuição dos recursos. A frente ampla só pode ser compreendida a partir do conceito de “materialidade heterogênea do Estado” (Poulantzas, 2019), que mostra como o Estado brasileiro, longe de ser um aparelho petista, sempre esteve marcado por interesses os mais diversos.

O golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff pode ser visto como uma consequência do desmantelamento do bloco neodesenvolvimentista e o meio pelo qual a fração de classe da burguesia interna criará as condições de possibilidade para o triunfo de um “neoliberalismo irrestrito” ou “neoliberalismo escancarado”. As características do impeachment de Dilma Rousseff têm sido analisadas como indicativas de um novo tipo de “golpe” ou “neogolpe”, que não se define mais como o golpe militar tradicional com tanques nas ruas e coação, mas um golpe baseado em mobilizações contra a corrupção, erosão da relação com o Congresso e novas interpretações

jurídicas (Pereira da Silva, 2018). Os neogolpes não seriam produzidos pela força militar, mas por outras estratégias, lançadas pelos setores conservadores da política, do judiciário, da burguesia, da igreja e da mídia (Pereira da Silva, 2018). Outra estratégia que vem se firmando, desde 2018, como fundamental para a consecução dos chamados neogolpes é a da divulgação de *Fake News* (notícias falsas). Em relação aos atores do neogolpe, a não utilização da força física não significa, necessariamente, a ausência das Forças Armadas no processo. Os setores conservadores das Forças Armadas também passarão a atuar dentro deste novo modelo de golpe.

A mudança na correlação de forças das frações de classe não se restringiu ao Brasil. Quatro meses antes do neogolpe contra Dilma e a posse de Michel Temer, o empresário Mauricio Macri foi eleito na Argentina com um programa neoliberal de viés mais agressivo do que o experimentado até aquele momento pelos argentinos. De acordo com Ricardo Forster (2016), a direita histórica argentina teria passado por uma metamorfose e se transformado no que ele denomina de uma “nova direita” adaptada “às demandas da época da financeirização do capitalismo e da hegemonia da sociedade produtora de novas formas de subjetivação” (Forster, 2016, p. 10). O processo ocorrido na

direita Argentina parece semelhante à mudança apontada por Boito Júnior na burguesia interna brasileira. A relação ambígua com o capital financeiro é superada por estas burguesias, que, a partir de então, passam a se aliar incondicionalmente a ele.

A coincidência, ainda que imperfeita, entre os governos de Maurício Macri (2015-2019) e Michel Temer (2016-2018) sinalizava o início de uma nova fase para a integração regional, em geral, e para o Mercosul, em particular. Ambos compartilhavam uma visão comercialista da integração, a qual deveria permanecer subordinada aos interesses do capital financeiro e de uma burguesia a ele atrelada.

Este novo tipo de regionalismo comercialista que emerge a partir do governo Temer irá substituir o que, na literatura de integração regional sul-americana, ganhou uma série de denominações. Além de pós-neoliberal (Rios; Veiga, 2007) e pós-hegemônico (Riggirozzi; Tussie, 2012), o regionalismo da primeira década e meia do século XXI recebeu diversos nomes, como apontado por Benzi e Narea (2018, pp. 7-8): “pós-neoliberal, pós-comercial, heterodoxo, segmentado, solapado, modular, multilateral, contra-hegemônico, inclusivo, social, produtivo, estratégico, ligeiro, disperso, declaratório e ainda,

ultimamente, desconcertado”. O excesso de adjetivação, no entanto, não tem sido suficiente para aumentar nossa compreensão sobre o período em tela e responder à questão sobre se o “regionalismo da maré rosa” significou ruptura ou continuidade com o neoliberalismo, questão essa que, como dito na introdução, nos levou a realizar a reflexão teórica cristalizada nesse artigo.

As concessões à burguesia interna que já vinham sendo realizadas no segundo governo Dilma de forma hesitante ganharam intensidade e se firmaram no governo Temer. Como afirma Caetano (2019), houve “uma aceleração de transformações que já vinham em curso – como as tentativas de flexibilização comercial, a discussão da negociação em bloco e as chamadas *múltiplas membresías* de seus Estados membros” (Caetano, 2019, p. 51).

Em visita à Argentina em outubro de 2016, Temer defendeu a “flexibilização” das regras do Mercosul com o objetivo de formalizar o Acordo UE-Mercosul, posição também apoiada por Macri [14]. O presidente brasileiro destacou o caráter estratégico da inserção competitiva do bloco sul-americano no comércio internacional, evidenciando desta forma uma visão instrumental do Mercosul, que se constituiria apenas como um trampolim para a participação do país no comércio internacional.

A mudança de paradigma integracionista no Mercosul aparece nas declarações do primeiro Ministro das Relações Exteriores de Temer, José Serra (PSDB), para quem era necessário promover a “desideologização” da política externa brasileira e a renovação do Mercosul, para “corrigir o que precisa ser corrigido, com o objetivo de fortalecê-lo, antes de mais nada quanto ao próprio livre-comércio entre seus países membros, que ainda deixa a desejar” (Serra, 2016, p. 1). Para o referido Ministro, o comércio entre os Estados do Mercosul deveria ser desenhado de forma a não impedir negociações de livre-comércio com terceiros, o que era dificultado pela Tarifa Externa Comum (TEC) e pela Decisão CMC 32/00.

O objetivo do novo governo, portanto, não era a construção de um projeto autônomo de integração, mas a criação de uma plataforma de lançamento da economia brasileira no mercado global, processo esse que deveria começar pela aproximação comercial com a UE e a Aliança para o Pacífico. Em seu discurso de posse, Serra refere-se a “construir pontes, em vez de aprofundar diferenças, em relação à Aliança para o Pacífico, que envolve três países sul-americanos, Chile, Peru e Colômbia, mais o México (Serra, 2016, p. 1). Em novembro de 2016, Serra chegou a se reunir com o Ministro das Relações Exteriores da

Espanha, Alfonso Dastis, para impulsionar as negociações do acordo de livre-comércio entre a UE e o Mercosul. Em março de 2017, Serra foi substituído no Ministério por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB). Apesar de sua breve gestão, Serra assentou as bases do que seria o novo posicionamento do Brasil em relação ao Mercosul. Aloysio Nunes Ferreira, um mês após assumir o cargo, declarou que o “acesso aos mercados da União Europeia é uma prioridade do Mercosul” (2017, p. 1)

Na 50ª Cúpula do Mercosul, realizada em 21 de julho de 2017, em Mendoza, Temer atribuiu a revitalização do Mercosul a Macri: “O Mercosul é o que fazemos dele. Revitalizar o Mercosul, como fez Vossa Excelência, tem sido possível porque vivemos, em cada um de nossos países, momentos modernizadores” (Martins, 2017, p. 1). Os elogios do presidente brasileiro ao vizinho argentino não se restringiram à política externa. Em dezembro de 2017, Temer afirma que Macri “serve de exemplo” (Martins, 2017, p. 1) por ter aprovado a Reforma da Previdência da Argentina apenas dois meses depois de seu anúncio do pacote de reformas. A declaração é feita após o próprio Temer já haver logrado aprovar duas reformas regressivas: a Projeto de Emenda Constitucional (PEC) do teto de gastos, em 2016, e reforma trabalhista, em abril de 2017. Percebe-se, desta forma, uma

convergência de posições dos dois governantes tanto na política externa quanto na doméstica, ambas voltadas para o aprofundamento de reformas neoliberais pró-mercado. Ambos os Estados são permeados por uma cristalização da correlação de forças sociais, na qual a burguesia financeira exerce papel fundamental. No entanto, a petrificação nunca é definitiva, embora possa ser longa, como veremos a seguir.

A guinada à direita trazida pelo presidente Temer pareceria, *a posteriori*, apenas um ensaio do governo subsequente. A eleição de Bolsonaro em 2018 significou um aprofundamento das políticas neoliberais já propaladas por Temer. Se o neodesenvolvimentismo era uma tentativa de sobreviver em meio ao neoliberalismo, a política de Temer e, mais intensamente, a de Bolsonaro apontavam para um alinhamento automático com o neoliberalismo.

O bloco de sustentação do governo Bolsonaro será formado por frações de classe que, muitas vezes, como tem ficado evidente nas diversas crises recentes, possuem interesses conflitantes. Ainda durante a campanha presidencial de 2018, a Frente Parlamentar Evangélica lançou um documento intitulado “Manifesto à Nação: O Brasil para os brasileiros”, que apresenta sua visão sobre alguns

temas, entre eles o do Mercosul.

A Frente Evangélica propõe pautas que já eram defendidas pela burguesia interna associado ao capital financeiro desde o segundo governo Dilma e a presidência de Temer, como, por exemplo, a revogação da já referida Decisão CMC 32/00. Outra antiga reivindicação da burguesia interna é encampada pela Frente Evangélica: a eliminação de tarifas nas transações entre Mercosul e Aliança do Pacífico.

Em seu manifesto, a Frente Evangélica tampouco deixou de demonstrar interesses convergentes com os do agronegócio, outra fração de classe importante na base de apoio do governo Bolsonaro. Os evangélicos sugeriam a flexibilização das licenças ambientais e a criação de um Ministério do Agronegócio, formado por Ministério da Agricultura, do Meio Ambiente, a Secretaria Especial de Pesca e a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

A assinatura, em 28 de junho de 2019, do Acordo entre a União Europeia (UE) e o Mercosul [15] visava a favorecer os interesses das bancadas do agronegócio e evangélica, além da fração de classe da burguesia interna agora incontestavelmente associada ao capital financeiro. No entanto, os esforços do governo Bolsonaro para promover a abertura comercial e a transformação do Mercosul em área

de livre-comércio enfrentariam dois obstáculos: a oposição de europeus à política ambiental bolsonarista, seguida pela ameaça de não ratificar o Acordo UE-Mercosul, e a eleição de Alberto Fernández e Cristina Kirchner na Argentina em dezembro de 2019.

Com o avanço dos desmatamentos e o incêndio que atingiu a Amazônia em meados de 2019, 230 fundos que administravam US\$ 16 trilhões (aproximadamente R\$ 82 trilhões) publicaram uma carta em defesa da Amazônia em setembro de

2019. No mês seguinte, a Ministra do Meio Ambiente da França, Elisabeth Borne, condicionou a assinatura do Acordo UE-Mercosul à mudança na política ambiental bolsonarista. Nenhum desses alertas surtiu efeito e, quase um ano após os primeiros protestos, em julho de 2020, um grupo de 29 empresas de investimento de nove países que administram US\$ 3,7 trilhões, enviou uma carta a embaixadas brasileiras pedindo um debate sobre a política ambiental do presidente Bolsonaro. O descontentamento também surgiu entre empresários brasileiros, que pediram ao vice-presidente uma agenda sustentável. De acordo com Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), o setor privado já percebe os prejuízos que podem advir do desmatamento e se articulam contra

esta prática.

A questão ambiental mostra uma das fissuras no bloco de poder do governo Bolsonaro. Não se trata apenas do protesto de um grupo de empresários e industriais contrários a uma abertura comercial que favoreceria o agronegócio e prejudicaria empresas e indústrias nacionais. O que observamos é a reação de uma burguesia diretamente associado ao capital financeiro que avalia como a política ambiental de Bolsonaro pode levar à fuga de investimentos. A fração de classe da burguesia do capital financeiro, um dos pilares de sustentação do atual governo, juntamente com evangélicos, ruralistas e militares, tem os seus interesses diretamente afetados pela perda de valor de empresas brasileiras ligadas ao desmatamento.

Outro entrave ao Acordo UE-Mercosul começou a se delinear no final de 2019, após a eleição do kirchnerista Alberto Fernández na Argentina. A derrota de Mauricio Macri e do bloco de poder da nova direita na Argentina mostraram a fragilidade, mais uma vez, do projeto neoliberal de desconstrução do Estado. O “Macri modelo a ser imitado” não podia mais ser invocado, como fizera Temer. Em reação à mudança política no país vizinho, Bolsonaro ameaçou sair do Mercosul: “Tudo pode acontecer” (Veja, 2019, p. 1), e recusou-se a comparecer à posse do

novo presidente argentino: “Não vou à posse de um cara que se elege falando Lula Livre” (Veja, 2019, p. 1). A volta da esquerda ao poder na Argentina mostra que, se, por um lado, a maré rosá havia encerrado o seu ciclo, por outro, a correlação de forças da nova direita argentina tampouco tinha condições de se manter por muito tempo.

A nova configuração de forças do governo Fernández conta com uma burguesia preocupada com a proteção da indústria nacional, ao contrário da burguesia preponderante no governo Macri. Como apontaram Granato e Berringer (2020), a burguesia do bloco de sustentação de Fernández vem apoiando as políticas de “proteção às empresas, ao emprego e às famílias mais humildes” implementadas durante a pandemia do Coronavírus.

No campo externo, Fernández retirou-se das negociações de acordos de livre-comércio com Canadá, Coreia do Sul, Cingapura, Líbano, México, Japão, Vietnã e Estados Unidos, mas decidiu manter os acordos do Mercosul com a UE (junho de 2019) e com a Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA) (agosto de 2019) [16], não sem antes criticá-los, gerando descontentamento no governo Bolsonaro. Como os países membros não podem negociar separadamente devido à Decisão CMC 32/00, a saída da Argentina das negociações, na

prática, paralisaria todo o processo, o que tem levado o governo brasileiro a considerar a possibilidade de revogação da referida norma jurídica.

O alinhamento entre Temer e Macri e, posteriormente, entre Bolsonaro e Macri revelava uma semelhança na composição dos blocos de poder dos dois países, os quais eram dominados por uma fração da classe burguesa associada ao capital financeiro. As políticas de abertura comercial eram encampadas pelos três governos acima citados. No entanto, a análise por demais concentrada no aspecto econômico não nos permite perceber as diferenças entre a nova direita de Macri e a extrema direita de Bolsonaro. Além de uma burguesia financeira, a correlação de forças que apoia Bolsonaro é formada por setores evangélicos, conservadores e antidemocráticos em um nível que não estava presente no governo de Macri. A ascensão de Fernández, por outro lado, mostrou a fragilidade da correlação de forças do governo Macri e instaurou uma nova configuração que contemplou uma burguesia argentina não tão subserviente ao capital financeiro.

Como Poulantzas (2019) destacou, o Estado é perpassado por conflitos de interesse entre as frações de classe que compõem a sua heterogênea base de apoio. Estes não estão cristalizados e podem se recompor

de novas maneiras em outros contextos. A eleição de Fernández e a nova correlação de forças argentina indicam que a disputa dentro do Estado permanece aberta. As fissuras e divisões já presentes na base de Bolsonaro também revelam as contradições inerentes aos blocos no poder, as quais, em última instância, criam instabilidades no processo de integração do Mercosul.

Conclusões

A racionalidade instrumental, modernizadora, colonial e neoliberal que embasa algumas das abordagens mais tradicionais para pensar a integração regional não dão conta, a nosso ver, de explicar a permanência da subordinação e inserção dependente do Mercosul no sistema internacional. Isto ocorre porque se parte de uma visão de Estado liberal, unitário, racional e neutro que supostamente agiria de acordo com o “interesse nacional” baseado em um consenso da sociedade. Nas Relações Internacionais, as correntes teóricas do realismo e do liberalismo não são ontológica e epistemologicamente diferentes. Ambas consideram o Estado como um ente racional que atua, com maiores ou menores constrangimentos, no sistema internacional. Competem (assim creem os realistas) ou cooperam (acreditam os liberais), mas sempre dentro de uma anarquia definida como um incontestável d realidade.

Mesmo em abordagens sobre a integração que se pretendem feitas a partir do Sul, verificamos que há um esquecimento do conflito de classes presente no aparato estatal.

A teoria de Poulantzas sobre a “materialidade heterogênea” e a “autonomia relativa” do Estado nos permite analisar a integração regional sul-americana sob outro ponto de vista: o das frações de classe que disputam poder dentro do aparelho Estatal. De acordo com o referido autor grego, o Estado organiza as contradições, mas isto não significa que ele o faça autonomamente a partir de fora, como se ocupasse um pedestal ou púlpito que o mantivesse imune aos interesses. Ele não é um mero orquestrador que atua à distância, como um sujeito que olha para os objetos administrados. O Estado é, desde sempre, marcado e constituído por conflitos de classe.

Este artigo buscou compreender como as frações da classe burguesa nos blocos de poder do Brasil e da Argentina influenciam na aproximação ou afastamento entre as políticas externas de ambos os países para a integração regional. Esta talvez seja também uma alternativa teórica para repensarmos o quanto havia de liberal no chamado período pós-liberal ou pós-hegemônico do Mercosul e em que medida este liberalismo progressista preparou o caminho, ainda que ado da inadvertidamente, para o quadro de destruição do bloco atualmente

Mercosul e a dependência externa: política externa e interesses de classe no Brasil e na Argentina

em curso. Outra possibilidade que a teoria de Poulantzas traz para os estudos sobre o Mercosul é a indagação sobre se o período progressista e social do bloco foi apenas uma forma refratária e atenuada de progressismo, devido ao fato de este ter sido constantemente minado pelos interesses neoliberais das frações de classe dominantes.

A chegada ao poder do PT, em 2003, trouxe a expectativa de um rompimento com as políticas neoliberais dos anos 90 e de um aprofundamento do Mercosul. No entanto, a nova correlação entre as frações de classe que sustentava o governo petista era heterogênea e marcada, em parte, pelo ideário neoliberal, o que, de certa forma, explica as fragilidades do chamado regionalismo pós-hegemônico ou pós-liberal, entre outras denominações. As contradições observadas no bloco no poder nesse período se acirram a partir da crise econômica de 2015, quando a rejeição das frações de classe dominantes a uma redistribuição da riqueza provoca um rearranjo na correlação de forças (Boito Júnior, 2018) até então em vigor. A partir da análise aqui exposta, podemos dizer que, mais do que olhar para o partido que assume o poder, devemos atentar para as frações de classe que compõem o bloco no poder. Nesse sentido, não tivemos propriamente um governo do PT, mas um governo da base de apoio ao PT.

Por fim, mostramos como o esfacelamento do bloco de sustentação do governo Dilma se deu, em certa medida, a partir de dentro, ou seja, a partir da atuação de forças que já estavam presentes no bloco no poder e prepararam as condições para o aprofundamento do neoliberalismo nos governos subsequentes. A intensificação das políticas neoliberais e a retomada de uma visão comercialista do Mercosul nos governos Temer e Bolsonaro encontrou seu correlato no governo Macri na Argentina, porém este paralelismo durou pouco. A eleição de Fernández na Argentina evidenciou que as contradições na base da nova direita neoliberal representada por Macri não poderiam ser ignoradas por muito tempo. Resta saber como o bloco no poder do governo Bolsonaro irá lidar com as fraturas que já começam a ser observadas e que indicam uma possível dissolução da correlação de forças que o sustenta. O Mercosul abertamente neoliberal, que vem sendo promovido por Bolsonaro e contido por Fernández, não pode ser considerado a forma final com a qual teremos de conviver nos próximos anos. A proposta de análise aqui apresentada, qual seja, como as constantes disputas travadas entre as frações de classe no aparato do Estado afetam a integração regional, tem o potencial de fornecer-nos uma nova perspectiva para acompanhar as dinâmicas e tendências do Mercosul.

Notas

1 - Assim, importa aqui diferenciar, ainda que de forma singela, duas grandes perspectivas teóricas para entender a natureza e forma do Estado capitalista: a liberal e a marxista. A primeira delas entende o Estado como um conjunto de instituições situado fora e em cima da sociedade, com capacidade de agência para (enquanto mediador neutral) garantir, através da ideologia de unidade, o “interesse público” ou “bem comum” de todos os indivíduos da sociedade. Já a abordagem marxista busca reconhecê-lo como um elemento complexo, constituído a partir das lutas de classe, e situado historicamente no contexto de um sistema interestatal capitalista hierárquico e desigual, atuando sempre, contraditoriamente, dentro dos limites do circunstancialmente possível, sem comprometer a relação básica social capitalista.

2 - O estruturalismo cepalino via a industrialização como a principal forma de superação do subdesenvolvimento dos países latino-americanos e a substituição das importações como o seu principal instrumento. No marco da referida estratégia de desenvolvimento, a alternativa de configurar um processo de integração econômica no continente foi vista, desde o começo da década de 50, como um elemento crucial

para racionalizar os custos da substituição das importações, associados tanto à ausência de competição quanto à ineficiência que era derivada da escala das plantas industriais (Prebisch, 1959). Através da integração, tratava-se de estabelecer um marco que permitiria formar, através de uma liberalização seletiva e progressiva das tarifas aduaneiras, um mercado regional que criaria estímulos para o desenvolvimento industrial nos países membros sobre bases competitivas; promover o crescimento do comércio entre os países-membros; e reduzir a vulnerabilidade externa dos países membros frente ao resto do mundo (Granato, 2015).

3- Para mais informações sobre a teoria da autonomia e os processos de integração regional na América Latina, veja-se Granato, Oddone e Battaglia (2016).

4 - Em palavras do próprio autor: “O Estado não se reduz à relação de forças, ele apresenta uma **opacidade e uma resistência próprias**. Uma mudança na relação de forças entre as classes certamente tem sempre efeitos no Estado, mas não se expressa de maneira direta e imediata: ela esgota a materialidade de seus diversos aparelhos e só se **crystaliza** no Estado sob sua **forma refratada** e diferencial **segundo seus aparelhos**” (POULANTZAS, 2015, pp. 132-3, grifo nosso).

Mercosul e a dependência externa: política externa e interesses de classe no Brasil e na Argentina

5- Em 1994, a referida Comissão aplicou explicitamente o conceito de regionalismo aberto ao contexto latino-americano, através do discurso de servir para a transformação produtiva com equidade (CEPAL, 1994), em franca oposição aos tradicionais ideais formulados pela instituição na metade do século.

6 - Fazemos referência aqui à arquitetura intergovernamental institucional definitiva aprovada em Ouro Preto centralizada nos Executivos nacionais, sob o argumento de uma mais eficiente administração e execução do Tratado de Assunção, e com baixo custo para os Estados partes

7 - Tal como explica Misoczky (2004), no contexto de crise do capitalismo que se iniciou na década de 1970, foi necessário reorganizar a relação entre o poder público e o mercado, a efeitos de renovar as possibilidades de acumulação e crescimento económico. Nesse contexto, começou a ser desenvolvido o “braço” gerencial do neoliberalismo, identificando como sua principal vertente o *New Public Management*, ou gerencialismo, que buscava substituir os tradicionais métodos de organização burocrática do Estado por técnicas e valores de mercado ou de gestão de negócios.

8 - Tais instrumentos previam o fortalecimento da complementação

produtiva das empresas do bloco (com ênfase nas pequenas e médias empresas), assim como o incremento da competitividade de diferentes setores dos Estados partes. Para mais informações sobre os tais instrumentos, veja-se Granato (2016a, 2015).

9 - Em relação ao Parlasul, este foi criado em 2005 para ampliar a representação política, a democratização e a consequente legitimação do processo de integração. Não obstante, segundo o próprio Protocolo Constitutivo, o Parlasul é um órgão de caráter meramente consultivo (não vinculante), desprovido de qualquer poder decisório, de controle ou de fiscalização; ponto que nos remete, mais uma vez, à forte estrutura centralista original do bloco. Além disso, atualmente, a eleição para legisladores do Parlasul se dá de forma indireta na maioria dos países membros, com exceção do Paraguai e da Argentina, que já aprovaram e internalizaram a norma que prevê eleições diretas. Por sua vez, a UPS, cuja prerrogativa fundamental era a de atuar como canal institucional de diálogo com os movimentos e organizações da sociedade civil, durante seu funcionamento não conseguiu sequer conquistar o status de conselho consultivo, limitando sua atuação ao âmbito da extinta Alta Representação do Mercosul.

10 - Para mais informações, veja-se Granato (2016a).

11- Ao fazer referência ao desempenho da Associação Latino-Americana de Livre Comércio dos anos 60, Jaguaribe expressou: “a Associação tende a converter-se em uma rede de compensações das empresas multinacionais norte-americanas estabelecidas nos diversos países da região. Esta é a integração satelizada, que contrasta com o modelo da autonomia” (Jaguaribe, 1973, p. 68, tradução nossa).

12 - O ideário neoliberal, segundo Guiot (2010), já estava no programa fundacional do PSDB, criado em 1988. O referido programa foi elaborado por Fernando Henrique Cardoso e José Serra.

13 - Doravante, Decisão CMC 32/00.

14 - De fato, por ocasião da visita de José Serra a Buenos Aires, em 23 de maio de 2016, a Ministra das Relações Exteriores do governo Macri, Susana Malcorra, ao se referir a tal acordo inter-regional indicou “a necessidade de aperfeiçoar o Mercosul, incorporando novas disciplinas afinadas com os processos de integração mais modernos, impulsionando avanços concretos nos temas relevantes de sua agenda e dando maior dinamismo a seu relacionamento

externo” (Malcorra apud Granato, 2016b, p. 89, tradução nossa).

15 - O Acordo foi assinado pelas partes, porém ainda precisa ser ratificado por cada um dos países membros e pelos seus parlamentos. No momento, o referido instrumento encontra-se sob revisão legal e está sendo traduzido para todos os idiomas oficiais da UE. As votações estão previstas para ocorrerem entre o final deste ano e meados de 2021.

16 - A EFTA reúne quatro países europeus que não fazem parte da UE: Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. As negociações entre o Mercosul e a EFTA começaram em 2017 e foram concluídas em 23 de agosto de 2019, alguns meses após a assinatura do Acordo UE-Mercosul.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, R. 2015. Mercosul. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/mercosul/> Acesso em: 20 mai. 2020.
- BENZI, D.; NAREA, M. 2018. “El regionalismo latinoamericano, más allá de los ‘pos’. El fin de ciclo y los fantasmas globales”. *Nueva Sociedad*, n. 275, pp.106-120.
- BERRINGER, T.; BOITO JR., A. 2013. “Classes sociais, neodesenvolvimentismo e Política Externa nos Governos Lula e Dilma”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 47, pp. 31-38.
- BOEHM, C. 2017. Acesso a mercados da UE é prioridade do Mercosul, diz Aloysio Nunes. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-04/acesso-mercados-da-uniao-europeia-e-prioridade-do-mercosul-diz-aloyisio> Acesso em: 20 jun. 2020.
- BOITO JR., A. 2005. “A burguesia no governo Lula”. *Crítica Marxista*, [s./v.], n. 21, pp. 52-77.
- BOITO JR., A. 2018. Entrevista a Marta Avancini. Jornal da Unicamp. Fratura em frente neodesenvolvimentista decretou queda de Dilma, avalia Boito Jr. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/06/19/fratura-em-frente-neodesenvolvimentista-decretou-queda-de-dilma-avalia-boito> Acesso em: 20 mai. 2020.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 2019. Acordo Mercosul-EFTA. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/sem-categoria/20775-acordo-mercosul-efta-editoria> Acesso em: 20 ago. 2020.
- BRASIL. Frente Parlamentar Evangélica. Câmara dos Deputados. 2018. Manifesto à Nação. O Brasil para os brasileiros. Disponível em: <https://cdn.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2018/10/documento-da-bancada-evangelica.pdf> Acesso em: 20 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 2015. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a XLIX Cúpula dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/12776-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-xlix-cupula-dos-estados-partes-do-mercosul-e-estados-associados-assuncao-21-de-dezembro-de-2015> Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 2016. Discurso de Posse de José Serra no Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016> Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Ministérios das Relações Exteriores, da Economia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2019. Conclusão das Negociações do Acordo entre o Mercosul e a União Europeia. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20560-conclusao-das-negociacoes-do-acordo-entre-o-mercosul-e-a-uniao-europeia-nota-conjunta-dos-ministerios-das-relacoes-exteriores-da-economia-e-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento-bruxelas-27-e-28-de-junho-de-2019> Acesso em: 20 jun. 20.

CAVALCANTI, F. G. 2019. “O Mercosul Pós-Dilma Rouseff e o retorno do regionalismo aberto”. In: BRICEÑO, J.; LEAL, J.; VALENCIA, A.; FORCHERI, M. (Orgs.). *La integración latinoamericana en debate*. Buenos Aires: Teseo, 2019, pp. 69-96.

CEPAL. 1994. *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe*. La

integración económica en servicio de la transformación productiva con equidad. Santiago de Chile: Naciones Unidas.

CORNETET, J. M. C. 2014. “A Política Externa de Dilma Rouseff: Contenção na Continuidade”. *Conjuntura Austral*, v. 5, n. 24, pp. 111-150.

CORTÉS, M.; TZEIMAN, A. 2017. “Discutir el Estado. Dilemas estratégicos a la luz de los procesos políticos latinoamericanos”. *Revista Theomai*, [s./v.], n. 35, pp. 202-219.

DEUTSCHE WELLE, Resistência a acordo com Mercosul cresce na União Europeia, 29/06/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/29/resistencia-a-acordo-com-mercosul-cresce-na-uniao-europeia.ghtml>. Acesso em: 20 ago.2020.

EL PAIS. 2019. França diz que não assinará o acordo UE-Mercosul nas atuais condições. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/23/internacional/1566554931_522227.html?rel=listapoyo Acesso em: 20 jun. 2020.

FIORI, J. L. 2013. Estado e desenvolvimento na América Latina: notas para um novo ‘programa de pesquisa’. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37942/1/LCbrsR286_pt.pdf Acesso em 15 mai. 2020.

Mercosul e a dependência externa: política externa e interesses de classe no Brasil e na Argentina

- FORSTER, R. 2016. *La repetición argentina*. Del kirchnerismo a la nueva derecha. Buenos Aires: Marea.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- FUSER, I. 2017. “Reflexões sobre as burguesias sul-americanas e a integração regional”. *Estudos Internacionais*, v. 5, n. 3, pp. 112-125.
- GAMBINA, J. 2011. Un modelo en discusión. Disponível em: <https://www.aporrea.org/ideologia/a125634.html> Acesso em: 15 mai. 2020.
- GRANATO, L. 2015. *Brasil, Argentina e os rumos da integração: o Mercosul e a Unasul*. Curitiba: Appris.
- GRANATO, L. 2016a. “Mercosur, assimetrias e integración productiva: Discusión y balance a 25 años de la creación del bloque”. *Caderno CRH*, v. 29, n.77, pp. 381-394.
- GRANATO, L. 2016b. “Mercosur: ideales y estrategias em la periferia del capitalismo”. In: RACOVSCHIK, María A.; RAIMUNDI, Carlos (Org.) *¿Fin de ciclo o paréntesis en la región? Balance de la última década y reflexiones sobre el nuevo escenario del MERCOSUR*. Buenos Aires: FLACSO Argentina, pp. 77-92.
- GRANATO, L. 2020. “Mercosur, inserción subalterna y burguesías internas de Argentina y Brasil”. *Izquierdas*, [s./v.], n. 49, pp. 797-809.
- GRANATO, L.; BATISTA, I. R. 2018. “Intereses en pugna en el estado brasileño en torno de la política de integración para el Mercosur (2003-2010)”. *Relaciones Internacionales*, [s./v.], n. 38, pp. 41-57.
- GRANATO, L.; ODDONE, N.; BATTAGLIA, M. 2016. “Teoría de la autonomía: ¿Aún vigente para analizar los procesos de cooperación e integración en América Latina?”. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 25, n. 1, pp. 153-175.
- GRANATO, L.; BERRINGER, T. A quarentena do Mercosul. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-quarentena-do-mercosul/> Acesso em: 15 mai. 2020.
- GUIOT, André Pereira. 2010. “A construção da ideologia neoliberal no PSDB (1988-1994)”, in Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio, 14, 2010. Rio de Janeiro: ANPUH.
- JAGUARIBE, H. 1979. “Autonomía periférica y hegemonía céntrica”. *Estudios Internacionales*, v.12, n. 46, pp. 91-130.
- JAGUARIBE, H. 1973. “Dependencia y autonomía en América Latina”. In: JAGUARIBE, H.; FERRER, A.; WIONCZEK, M. S.; SANTOS, T. *La dependencia político-económica de América Latina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1973, pp. 1-85.
- JIMÉNEZ, C.; PÉREZ, C. Mercosul pressiona União Europeia para avançar com acordo bilateral. El País, 10 de junho de 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/11/politica/1433979885_736329.html Acesso em: 20 jun. 2020.

- KAFRUNI, S. Política ambiental: investidores internacionais enviam carta a embaixadas do Brasil. *Correio Braziliense*, 23 de junho de 2020. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/4elementos/2020/06/23/politica-ambiental-investidores-internacionais-enviam-carta-a-embaixadas-do-brasil/> Acesso em: 20 maio 2020.
- KAN, J. 2016. “Desde arriba y desde abajo. Gobiernos, clases dominantes y movimientos obreros y sociales en el rediseño de la integración latinoamericana”. *Trabajo y Sociedad*, [s./v.], n. 26, pp. 193-224.
- KAN, J.; PASCUAL, R. 2011. “Integración regional en América Latina y Argentina. ¿Solamente una cuestión de Estados?” In: BONNET, A. (Comp.). *El país invisible*. Debates sobre la Argentina reciente. Buenos Aires: Peña Lillo, Ediciones Continente, pp. 45-79.
- KATZ, C. 2006. *El rediseño de América Latina*: ALCA, MERCOSUR y ALBA. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg.
- KATZ, C. 2014. “Economía, clases y gobiernos en América Latina”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 8, n. 2, pp. 92-123.
- LEO, S. Aliança do Pacífico preocupa no Brasil. *Valor*, 27 de maio de 2013. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/alianza-do-pacifico-preocupa-no-brasil.ghtml> Acesso em: 20 jun. 2020.
- MAISONNAVE, F.; CAGLIARI, A. 230 fundos que administram 65 trilhões pedem ao Brasil que proteja Amazônia. *Folha*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/230-fundos-que-administram-r-65-trilhoes-exortam-brasil-a-proteger-a-amazonia.shtml> Acesso em: 20 jun. 2020.
- MALAMUD, A. 2016. “El malentendido latinoamericano”. *Nueva Sociedad*, [s./v.], n. 266, pp. 32-44.
- MARTELLO, A.; ALVARENGA, D. Levy deixa Fazenda após 11 meses no cargo e sucessivas derrotas. *Portal G1*. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/levy-deixa-fazenda-apos-11-meses-no-cargo-e-sucessivas-derrotas.html> Acesso em: 30 jul. 2020.
- MARTINS, R. Macri, o vizinho que “serve de exemplo” para Temer. *Revista Exame*, 23 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://exame.com/economia/macri-o-vizinho-que-serve-de-exemplo-para-temer/> Acesso em: 30 mai 2020.
- MERCOSUL. 2000. Decisão CMC n. 32. Disponível em: www.sice.oas.org/Trade/MRCSRS/Decisions/dec3200p.asp Acesso em: 20/06/20.

Mercosul e a dependência externa: política externa e interesses de classe no Brasil e na Argentina

- MILANI, C.; DUARTE, R. 2015. “Cooperação para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul: a perspectiva do Brasil”. In: AYERBE, L. F.; RAMAZINI JÚNIOR, H. (Orgs.) *Política* Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, pp. 53-82.
- MISOCZKY, M. C. 2004 “Uma defesa da reflexão teórico-crítica na pesquisa e prática da administração pública”, in Anais do Encontro de Administração Pública e Governança, 1, 2004. Rio de Janeiro: ANPAD.
- MOTA FILHO, A. V. B. 2017. *That's my man! Subimperialismo e dependência no governo Lula (2003-2010)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 144 p. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-08052017-102228/pt-br.php>. Acesso em: 20 mai 2020.
- OLIVEIRA, E. Argentina decide sair de negociações comerciais do Mercosul com outros países. Jornal O Globo, 25 de abril de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/argentina-decide-sair-de-negociacoes-comerciais-do-mercosul-com-outros-paises-24393672> Acesso em: 20 jun. 2020.
- PEREIRA DA SILVA, F. 2018. “O fim da onda rosa e o neogolpismo na América Latina”. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, pp.165-178.
- PORTAL TERRA. 2016. Em Madri, Serra debate Acordo UE-Mercosul com ministro espanhol. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/em-madri-serra-debate-acordo-ue-mercosul-com-ministro-espanhol,655eed19aaaf8197fb97be3af7db2bcb85t00qw8.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- POULANTZAS, N. 2015. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- POULANTZAS, N. 2019. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Editora da Unicamp.
- PREBISCH, R. 1959. Mercado Común Latinoamericano: conferencia del Dr. Prebisch, celebrada en el Banco Nacional de México. Disponível em <https://ideas.repec.org/p/egr/col093/32866.html> Acesso em: 09 ago. 20.
- PUIG, J. C. 1980. *Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana*. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina de la Universidad Simón Bolívar.
- PUIG, J. C. 1986. “Integración y autonomía de América Latina en las postrimerías del siglo XX”. *Integración Latinoamericana*, [s./v.], n. 109, pp. 40-62.

RAMANZINI JÚNIOR, H. 2015. “As diferentes dimensões da cooperação Sul-Sul na Política Externa Brasileira”. In: AYERBE, L. F.; RAMAZINI JÚNIOR, H. (Org.) *Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, pp. 15-52.

REVISTA GLOBO RURAL. 2020. Empresários cobram agenda sustentável do governo Bolsonaro na Amazônia. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/20/20/07/empresarios-cobram-agenda-sustentavel-do-governo-bolsonaro-na-amazonia.html> Acesso em: 20 mai 2020.

REVISTA VEJA. “Tudo pode acontecer”, diz Bolsonaro sobre saída do Mercosul. Revista Veja, 25 de novembro de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/tudo-pode-acontecer-diz-bolsonaro-sobre-saida-do-mercosul/> Acesso em: 20 abr. 2020.

RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. (Eds.). 2012. *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: The Case of Latin America*. Nueva York: Springer.

RÍOS, Sandra; VEIGA, Pedro da Mota P. (2007). *O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas*. Série Comércio Internacional, n. 82. Santiago: CEPAL.

SARTI, I. 2017. “Desafios à Esquerda. Notas sobre a Integração em tempos

de crise”. In: SIERRA, G. (Org.). *Los progresismos en la encrucijada: Argentina, Bolivia, Brasil, Uruguay, Venezuela*. Montevideo: Udelar, p. 99-110.

SCHORR, M.; WAINER, A. 2005. “A propósito de la crisis del Mercosur. Notas sobre el proyecto de país de la ‘burguesía nacional’ en la Argentina”. *Realidad Económica*, [s./v.], n. 215, pp. 8-19.

TREACY, M. 2018. “Discusiones sobre autonomía en la recepción de los aportes dependencistas al campo de las Relaciones Internacionales y contribuciones recientes desde el enfoque de Cadenas Globales de Valor”. *Revista Aportes para la Integración Latinoamericana*, [s./v.], n. 38, pp. 45-67.

VISENTINI, P. 2019. “O terceiro paradigma das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico”. *Cadernos de Relações Internacionais e Defesa*, vol. 1, n. 1, pp. 40-56.

Resumo

Neste trabalho, com base em pesquisa e análise bibliográfica, buscamos investigar se existe uma correspondência com os interesses dos setores mais dinâmicos das burguesias do Brasil e da Argentina e as diferentes etapas atravessadas pelo Mercosul no século XXI. Para realizar esta proposta, recorreremos ao arcabouço teórico de Nicos Poulantzas, que nos permitirá entender como os interesses de classe perpassam o Estado e influenciam a Política Externa para a integração regional. Com base na pesquisa desenvolvida, conclui-se que a inserção externa dependente é uma constante na história do Mercosul, embora haja variações conjunturais decorrentes da correlação de forças entre as classes sociais no período estudado.

Palavras-chave: Mercosul; Dependência; Brasil; Argentina; Política Externa; Interesses de Classe.

Abstract

Departing from a bibliographic analysis, we aim to investigate if there is a correspondence between the interests of the most dynamic sectors of the bourgeoisie in Brazil and Argentina and the different stages that have characterized Mercosur in the 21st century. To carry out this proposal, we will use the theoretical framework of Nicos Poulantzas, which will allow us to understand how class interests permeate the State and influence Foreign Policy for regional integration. We conclude that the dependent external insertion has been a constant in the history of Mercosur, although there have been cyclical variations resulting from the correlation of forces between social classes in the period under study.

Keywords: Mercosur; Dependency; Brazil; Argentina; Foreign Policy; Class Interests.